

NOSSA REFERÊNCIA

2359/CT

VOSSA REFERÊNCIA

Registado c/ AR

ASSUNTO

Direito de resposta
retificação da verdade –
programa Justiça às claras
de 17/05/2022

CC – ERC Entidade
reguladora para a
comunicação social

EPATV

Escola Profissional
Amar Terra Verde
Praça das Comunidades
Geminadas, 1 – Apartado 40
4731-909 Vila Verde

geral@epatv.pt

+351 253 322 016

+351 253 320 130

WWW.EPATV.PT

Exmo.(a) Senhor (a)

Tiago Girão

Vila Verde, 06 de
junho de 2022

Diretor de Informação do Porto Canal

Rua Joaquim Pinto, 78

4460-338 Senhora da Hora

A Amar Terra Verde,

Lda, adiante designada por EPATV, com sede em Praça das Comunidades Geminadas, nº1, 4730 – 909 Vila Verde, NIF 504 595 067, representada na qualidade e com poderes para o ato por João Luís de Matos Nogueira,

(.....) 29, na sequência da transmissão do programa “Justiça às claras”, apresentado pela jornalista Liliana Rodrigues e transmitido no passado dia 17 de maio, pelo Porto Canal, vem, ao abrigo do disposto nos artigos 65º e 67º da Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, solicitar a transmissão do presente direito de resposta e retificação, com igual destaque e redifusão, também na versão online do respetivo website onde o programa se encontra disponível.

O direito de resposta, enviado nesta data para o Diretor de Informação do Porto Canal, é exercido nos seguintes termos:

-----O Programa Justiça às claras, transmitido no dia 17 de Maio, refere-se repetidamente ao ora Expoente e à Instituição que representa, Escola Profissional Amar Terra Verde, de forma atentatória à sua honra e consideração, à sua idoneidade e integridade, afetando o seu bom nome e reputação.

A jornalista Liliana Rodrigues apresentou aos telespectadores da Porto Canal, sob a capa de temas de Justiça, um conjunto de alegações de cariz persecutório, sensacionalista, ao arrepio dos deveres básicos de isenção e de informação rigorosa, não separando factos de opinião.

Tal se consubstancia na invocação de factos manifestamente falsos, incompletos ou deturpados que serviram de base às inaceitáveis alegações, insinuações e mesmo acusações atentatórias da reputação e boa fama e que visam denegrir a imagem da Escola Profissional Amar Terra Verde e do signatário e, assim, desprestigiar o modo como exerce funções.

Como classificar a manipulação de fotografias dos visados entremeadas por imagens de dinheiro em notas, o uso de imagens de – pasme-se! – alunos e instalações da escola, as constantes alusões a “corrupção” e “branqueamento de



Escola Profissional AMAR TERRA VERDE



Doe. 1



capitais” como se tais comportamentos houvessem, já, sido dados como provados em qualquer Tribunal (sendo que alguns não estão, sequer, em julgamento), a utilização em rodapé de expressões como “polvo de Vila Verde”, “esquema com concurso à medida para criar tacho”, “esquemas desmontados”, “polvo de corrupção”? Não me detendo, sequer, na vulgaridade de tal linguagem, em que se baseia o Porto Canal para chegar a tais conclusões?

Não há sombra de qualquer investigação, mas, apenas, extrapolações arbitrárias e, repito, não caucionadas por qualquer Tribunal.

Além do mais, é obrigação dos jornalistas ouvir as partes com interesses atendíveis (artigo 14.º, n.º 1, alínea e), do Estatuto do Jornalista). Pelo que se impunha que a Sra. jornalista Líliana Rodrigues tivesse tido o cuidado de auscultar previamente o signatário, o que não fez, em clara violação pelas regras profissionais que se lhe impunham.

Onde mora a presunção de inocência, princípio basilar de um estado de direito?

Abstendo-me de me pronunciar sobre situações que o Tribunal se encontra a julgar, reporto-me, agora, a mentiras – não se lhes pode outra coisa chamar! – veiculadas num programa que, intitulando-se “Justiça às claras”, lança sobre qualquer ideia de Justiça o negrume e opróbrio de uma mistificação.

É mentira que um montante de sete milhões de euros tenha dado entrada nas contas da EPATV proveniente da Formibérica, entidade com a qual a EPATV nunca manteve relações comerciais.

São ainda mentiras as referências a qualquer ação relacionada com a Escola Profissional Amar Terra Verde “a partir de 2011”, dado que a mesma apenas foi privatizada em 2013.

Não há nos Relatórios e Contas da Escola Profissional Terra Verde, desde essa data anualmente aprovados em Assembleia Geral e alvo de certificação de contas por revisor oficial, nem nos extratos de todos os movimentos bancários desde então efetuados – documentos de que o Ministério Público dispõe – sombra de movimentos de capital provenientes de outros países ou da Formibérica, pelo que qualquer imputação de “branqueamento de capitais” se revela fantasiosa e injuriosa.

A Escola Profissional Amar Terra Verde, representada pelo signatário, é uma instituição respeitada, desenvolvendo a sua atividade na legalidade. Não está

EPATV

Escola Profissional
Amar Terra Verde
Praça das Comunidades
Geminadas, 1 – Apartado 40
4731-909 Vila Verde

geral@epatv.pt

+351 253 322 016

+351 253 320 130

WWW.EPATV.PT





Escola Profissional AMAR TERRA VERDE



Doc. 1



envolvida em qualquer branqueamento de capitais, ou na prática de qualquer outro crime, e não tem qualquer ligação à Guiné Equatorial.

O mesmo se reitera quanto ao ora signatário. Além do mais, e contrariamente ao afirmado pelo programa, este nunca recebeu qualquer transferência proveniente da prática de crimes ou ilegalidades, nunca recebeu qualquer transferência não justificada ou justificável.

No tocante ao julgamento a decorrer em Braga, o signatário refuta todas as acusações. A jornalista afirma que o concurso em causa foi “feito à medida para a compra da maioria do capital público da escola profissional de Vila Verde”. Mais afirma que foi “feito para ser ganho por João Nogueira, o terceiro elemento do grupo de poderosos em Vila Verde”. Nenhuma destas afirmações corresponde à verdade.

Afirma que o signatário tem “dinheiro e bens incompatíveis com os rendimentos que declarou”, qualificando esse suposto facto como “escandaloso” aos 17:18 minutos. Mais uma clara violação dos deveres básicos de isenção e de informação rigorosa, não separando factos de opinião, difamando claramente o signatário. Todo o património e dinheiro do signatário é justificado e comprovado, contrariamente ao alegado pela jornalista quando afirma que são “valores que todos os arguidos têm tido dificuldade em explicar ao Tribunal”. O julgamento em causa encontra-se a decorrer e a prova ainda a ser produzida. Será, assim, o Tribunal a decidir; não a Sra: Jornalista. Só desta forma se pode ter confiança na Justiça!

A constante exibição, ao longo de todo o programa, de fotografias do Signatário com a indicação lateral do suposto património incongruente, bem como as constantes notas de rodapé com expressões pejorativas e desrespeitosas, tais como “polvo de Vila Verde está a ser julgado”, “esquema com concurso à medida para criar tacho”, “esquemas desmontados”, “polvo de corrupção”, denegriram a imagem do signatário e ofenderam a sua honra e consideração e sobretudo a imagem, reputação e bom nome da Escola Profissional Amar Terra Verde, com consequências imprevisíveis num momento em que decorrem as inscrições e matrículas de alunos para o próximo ano letivo que podem ser condicionados pelo teor do que foi transmitido, colocando em causa a viabilidade do projeto que corporizamos e os próprios postos de trabalho daqueles que diariamente aqui dão o seu melhor em prol da Educação.

EPATV

Escola Profissional
Amar Terra Verde
Praça das Comunidades
Geminadas, 1 – Apartado 40
4731-909 Vila Verde

geral@epatv.pt

+351 253 322 016

+351 253 320 130

WWW.EPATV.PT





Num meio tão pequeno como Vila Verde e numa escola onde todos se conhecem, o alarme social provocado pelo referido programa, causando forte perturbação na vida escolar e familiar de alunos e professores, potenciando boatos de encerramento da EPATV e juízos infundados sobre quem a dirige, causou, já, um prejuízo reputacional que, na hora devida, não deixaremos de avaliar.

Todo o conteúdo emitido tem caráter ofensivo, inverídico ou erróneo.

Salienta-se que as condenações pela prática de crimes são competência dos Tribunais; não da comunicação social.

A reportagem é claramente parcial, difamatória, sem rigor e repleta de falsidades, pelo que se refuta todo o seu teor. Reafirma-se que o signatário, na sua função de responsável legal pela EPATV, nunca foi contactado para exercer contraditório.

O signatário reserva-se o direito de recorrer aos meios legais, com vista a responsabilizar os autores de qualquer conteúdo calunioso, difamatório, atentando contra a sua honra e consideração, bem como responsabilizá-los pelos prejuízos que daí possam advir. -----

Com os melhores cumprimentos,


O Gerente

(Dr. João Luis de Matos Nogueira)

EPATV
Escola Profissional
Amar Terra Verde
Praça das Comunidades
Geminadas, 1 – Apartado 40
4731-909 Vila Verde

geral@epatv.pt

+351 253 322 016

+351 253 320 130

WWW.EPATV.PT